

08/11/2016 às 05h00

BM&FBovespa abranda regra em reforma do Novo Mercado

Por Juliana Machado | De São Paulo

Num esforço para garantir o apoio das empresas e tentar evitar que um trabalho de meses seja descartado, a BM&FBovespa decidiu reabrir ontem o processo de audiência pública para a reforma do Novo Mercado e do Nível 2, além de flexibilizar uma série de regras que provocaram resistência de companhias e investidores.

O processo de evolução dos segmentos de governança corporativa, que teve início em março, entraria ontem em sua etapa final: a audiência restrita, em que apenas as empresas listadas nas duas categorias opinariam e votariam as mudanças sugeridas pela bolsa. No entanto, diante da possibilidade de rejeição das propostas, a bolsa decidiu reabrir a audiência com o mercado, que vai até 6 de janeiro, e colocar o tema em debate restrito apenas em 1º de março, com conclusão prevista em 31 de maio.

Item	Proposta inicial	Nova proposta
Ações em circulação	25% no 20%, se volume médio diário esperado for de R\$ 25 milhões	25% no 20%, se o negociado for de
Remuneração	Divulgação do salário máximo, médio e mínimo dos administradores	Divulgação do salário máximo, exceto se o salário for de
Administração	Criação de um comitê de indicação e de remuneração	Salário
Aquisição de participação relevante	A partir de uma oferta pública de 30%, há necessidade de oferta pública de aquisição de ações (OPA)	A partir de uma oferta pública de 30%, há necessidade
Conselho de administração	30% de membros independentes no, no mínimo, dois, prevalece o que for maior	Muitado
Fiscalização e controle	Criação de um comitê de auditoria estatutária	Muitado
Dispersão acionária	Exigência e redução da obrigação de declarar 10% de uma oferta de ações ao investidor pessoa física	Revisão da exigência de oferta inicial (1 bilhão) com o e

Dessa forma, a votação final das regras deve acontecer agora apenas em 1º de junho do ano que vem, com encerramento em 30 de junho - o que significa um atraso de cerca de quatro meses no cronograma da reforma.

Além da extensão do prazo, a bolsa alterou no texto alguns itens propostos

em etapas anteriores da reforma e que provocaram divergências. Foi o caso, por exemplo, da obrigatoriedade de divulgação da remuneração máxima, média e mínima dos administradores. A regra permanece na proposta por estar em linha com o exigido pela Instrução nº 480 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), mas conta, desta vez, com dispensa para empresas amparadas por uma liminar do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças do Rio de Janeiro (Ibef-Rio), de 2010.

Flavia Mouta, diretora de regulação de emissores da BM&FBovespa, admitiu, em evento realizado ontem, que a palavra "flexibilização" define a atual reforma e que mudanças como a referente à remuneração dos administradores não são a saída ideal. Ao mesmo tempo, porém, ela acredita que há avanços no processo e que não podem ser tomadas medidas que "desmorem" no futuro.

"Temos que estar com a mente aberta para coletar as contribuições e acomodar o que for possível. Estamos conseguindo chegar a uma harmonização de interesses, dentro do possível", diz.

A Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) reconhece que a bolsa tem buscado o diálogo com o mercado, o que trouxe amadurecimento para as propostas, mas voltou a criticar alguns pontos, como a publicação do salário dos executivos, ainda que mais maleável. "Alguns ajustes foram aceitáveis para acomodar os interesses de todos, mas alguns ainda demandam mais debate, como a questão da remuneração. Não acredito que [a reforma] irá passar se continuar assim [com a exigência]", afirmou Alfried Plöger, vice-presidente da entidade.

Para o presidente da Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec), Mauro Rodrigues da Cunha, a extensão da audiência é uma atitude positiva, considerando a complexidade do debate, mas a flexibilização de

Finanças

Últimas Lidas Comentadas Compartilhadas

Dólar ronda R\$ 3,44; juros médios têm maior queda desde setembro
09h31

Nova instituição da parceria entre BB e Bradesco focará o meio digital
05h00

Emergentes já perderam US\$ 6 bilhões com vitória de Trump, aponta IIF
15/11/2016 às 17h24

ADRs de empresas brasileiras fecham com forte alta em Nova York
15/11/2016 às 20h14

Ver todas as notícias

Não deixe passar esta oportunidade de redução de custos.

Vídeos



Vitória de Trump aumenta volatilidade dos mercados, bolsa cai e dólar dispara frente ao real
11/11/2016



Captações externas

Operações mais recentes

Tomador	Valor*	Meses	Retorno**
Ultrapar	750	132	5,5%
Votorantim	500	123	6%
BRF	500	120	4,625%
Minerva	1.000	84	6,625%
Vale	1.000	120	6,25%

regras só deve acontecer para atender demandas que não frustrem o compromisso de avançar em governança. "A preocupação das empresas com aumento de custos, por exemplo, faz sentido, mas a resistência em relação à divulgação de remuneração desafia o bom senso", diz.

Flavia, da BM&FBovespa, endossa que a preocupação com custos "é um argumento válido", considerando o contexto econômico do país, mas ressalta que os avanços precisam acontecer para que o Novo Mercado possa gerar valor ao acionista.

Um dos grandes interesses da bolsa, o fomento à participação do investidor de varejo, também foi equacionado para contemplar o pleito das empresas. Foi mantida a exigência de reserva de 10% de ofertas iniciais de ações (IPO) ou subsequentes ("follow-on") para investidores pessoas físicas, mas com dispensa caso a companhia faça a oferta com esforços restritos, ou seja, destinada apenas a investidores qualificados (com ao menos R\$ 1 milhão em investimentos).

O atendimento às exigências das empresas também passou pelo número de ações em circulação (o "free float"): a bolsa garantiu mais flexibilidade ao sugerir um percentual de 25% ou de 15%, caso a empresa mantenha liquidez diária.

Outros itens retirados do texto foram a obrigatoriedade de criação de um comitê de indicação, responsável pela verificação de candidatos a membros do conselho, e de remuneração de executivos, que cuidaria da elaboração e revisão da política de remuneração e benefícios. A obrigatoriedade de instalação de um canal externo de denúncias também foi excluída.

Mesmo com a flexibilização na ordem do dia, a BM&FBovespa realizou alterações que ainda devem gerar mais debates entre as empresas. Um deles é a oferta pública para aquisição de ações (OPA) por investidor que alcançar uma fatia relevante entre 20% e 30% do capital de uma empresa.

"Ficou clara a intenção da bolsa de manter um diálogo, mas há pontos sensíveis, que ainda devem gerar discussão, como no caso da OPA", afirma Fernando dos Santos Zorzo, sócio do escritório Pinheiro Neto Advogados.

Compartilhar

1

Tweet

Share

47

G+

0

Ω

Tomador	Valor*	Meses	Retorno**
República BR	674	367	5,875%

[Veja as tabelas completas no ValorData](#)

Fontes: Instituições financeiras e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Em milhões de dólares ** No lançamento do título

Juro futuro

DI de 1 dia em 14/11/16

Vencimento	PU de ajuste	Negociados	Taxa efetiva
dez/16	99.382,90	12.505	13,88%
jan/17	98.278,08	273.365	13,74%
fev/17	97.200,44	1.875	13,63%
mar/17	96.336,01	5	13,55%
abr/17	95.257,08	56.925	13,45%
mai/17	94.449,52	500	13,33%

[Veja as tabelas completas no ValorData](#)

Fonte: BM&FBovespa e Valor PRO. Elaboração: Valor Data.

Palavra do Gestor

Momento é ideal para reavaliar portfólio de investimento

Por **Eduardo Levy e Evandro Buccini**

Como o governo Trump pode afetar o investidor brasileiro

Por **Paulo Clini**

Incentivo fiscal da previdência estimula a poupança?

Por **Aquiles Mosca**

Decepção com PIB pode reacender debate da dominância fiscal

Por **Luiz Eduardo Portella**

Análise Setorial



Previdência Privada Aberta e Vida

Você pode ter uma previsão, mas nós recomendamos que tenha planos... Análise Setorial Previdência Privada

Confira outros títulos disponíveis

Newsletter

O melhor conteúdo em economia, negócios e finanças gratuitamente direto em seu e-mail.

